



Universidade de Brasília - UnB  
Faculdade de Educação  
Curso de Especialização em  
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

Gildete Rainha de Lima

Desigualdades raciais e sociais no Brasil: gênero e cor  
Uma análise comparativa de dados sobre o perfil socioeconômico da  
população negra no Brasil no período de 2003 -2010.

Brasília – DF

2014

Gildete Rainha de Lima

Desigualdades raciais e sociais no Brasil: gênero e cor  
Uma análise comparativa de dados sobre o perfil sócio econômico da  
população negra no Brasil no período de 2003 -2010.

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como  
requisito para obtenção do grau de Especialista Gestão de Políticas  
Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Rodrigo Duarte Fernandes dos  
Passos

Brasília – DF

2014

Lima, Gildete Rainha de .

Desigualdades raciais e sociais no Brasil: gênero e cor  
Uma análise comparativa de dados sobre o perfil  
socioeconômico da população negra no Brasil no  
período de 2003 -2010./Gildete Rainha de Lima. –  
Brasília, 2014.40 f. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília,  
Faculdade de Educação - EaD, 2014.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Rodrigo Duarte Fernandes dos  
Passos

Gildete Rainha de Lima

Desigualdades raciais e sociais no Brasil: gênero e cor  
Uma análise comparativa de dados sobre o perfil sócio econômico da população negra  
no Brasil no período de 2003-2010

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do  
Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

Gildete Rainha de Lima

Titulação, Nome completo,  
Professor-Examinador

Titulação, nome completo  
Professor-Examinador

Brasília, 07de julho de 2014

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da vida, por me permitir desfrutar desse momento e contribuir para um mundo melhor através do meu trabalho.

À toda de equipe de coordenação do curso de especialização: UAB/UNB por me oportunizar essa formação essencial para o meu desempenho profissional.

As tutoras e tutores e orientador do curso de Especialização que contribuíram imensamente com o meu aprendizado durante o curso.

À minha família e amigas pelo apoio e pela compreensão por estar ausente em muitos momentos durante o processo de construção da pesquisa.

Ao meu esposo, Marcelo, pelo apoio, incentivo e carinho ao me ouvir e ajudar.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.” (Boa Ventura de Sousa Santos)

## RESUMO

Este trabalho apresenta como temática a desigualdade de social e racial com enfoque de gênero em relação às mulheres negras. Tem como objetivo de identificar, a partir das análises dos documentos de pesquisa, se houve alguma contribuição das políticas públicas e programas sociais realizados durante o período de 2003 a 2010 contemplaram as mulheres negras nos espaços sociais e contribuíram para a diminuição das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Para a produção deste trabalho foram realizadas análises de micro dados de pesquisas e dados quantitativos advindos de indicadores sociais como mercado de trabalho, educação, saúde e outros registrados a partir de 2003 até 2010 cuja temática foi gênero e raça. Explorando a possibilidade de que para as mulheres negras existem além dos obstáculos na questão de gênero o fator racial se torna um peso maior ainda para a sua ascensão social e ingresso em vários espaços sociais. Portanto ao refletir sobre esses dados, dentro de sua contextualização, buscou-se evidenciar que mesmo em diferentes contextos e regiões do Brasil, a mulher negra continua em desvantagens sociais. Diante disso é preciso entender como são interpretados esses dados e quais ações são tomadas para enfrentamento dos obstáculos para mudar esta realidade. Conclui-se que apesar dos avanços nas políticas voltadas para as mulheres no país, as mulheres negras, continuam e são em maioria pobres, analfabetas, sem atendimento adequado de saúde e quando trabalhadora é mal remunerada mesmo tendo qualificação profissional.

Palavras-chave: mulher negra; racismo e desigualdade social.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL- Comissão Economica para America Latina e Caribe

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FLACSO-Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Indice de Desenvolvimento Humano

IPEA - Instituto de Pesquisa Economica Aplicada

OIT-Organização Internacional do Trabalho

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPPIR-Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF-Superior Tribunal Federal

SPM- Secretaria de politicas para as Mulheres

UNIFEM- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher



## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 – OBJETIVOS</b> .....	14
2.1 –OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 –OBJETIVOS ESPECIFICOS .....	14
<b>3- JUSTIFICATIVA</b> .....	15
<b>4-REFERENCIAL TEORICO</b> .....	17
4.1 -Desenvolvimento humano e questão de gênero.....	17
4.2 –A população negra presente nos censos estatísticos no Brasil.....	19
4.3 –Sobre desigualdades raciais , sociais e de gênero .....	22
<b>5 – METODOLOGIA</b> .....	25
5.1 - Fundamentação Metodológica .....	25
5.2 – Contexto da Pesquisa .....	26
<b>5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	37
<b>6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	41

## 1. Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa na qual foram analisados dados referentes à desigualdade social da população negra. O objetivo será investigar qual o nível de impacto das Políticas Públicas de combate à pobreza, Educação e transferência de renda na condição socioeconômica da população negra. Parte-se do pressuposto que a condição socioeconômica da população negra em específico a mulher negra continua em um grau de desenvolvimento abaixo do desejado, inviabilizando a possibilidade desse grupo social gozar de seus direitos de cidadania. Situação diferente dos demais usuários das políticas públicas citadas acima.

A população negra não pode ser analisada em momentos estanques. Na trajetória histórica dessa população foram impostos contextos que operacionalizaram situações constantes de racismo e exclusão. O racismo é caracterizado e evidenciado no Brasil em vários espaços sociais que são observados por exemplo, no genocídio da juventude negra, invisibilidade e desqualificação na mídia, evasão escolar no ensino fundamental, entre outras como presença de maioria na classe pobre e na extrema da pobreza mesmo após 120 anos de pós-abolição.

Considerando que a população negra representa mais da metade da população brasileira, as iniquidades em que está exposta são preocupantes a partir do momento que existem e são desenvolvidos programas e políticas que visam reverter essa realidade. Contudo a população negra continua na mesma situação indigna e obtendo pequenos avanços no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas em relação à população não negra existe disparidades tanto na condição de avanço quanto na distância comparada para alcançar o mesmo patamar de IDH entre negros e brancos.

Neste contingente de população destacamos as mulheres que é maioria. no país e apresentou um avanço de participação social importantíssimo para mudar o quadro de subordinação que as mulheres se encontravam tempos atrás.

Mas apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para as mulheres no país, as mulheres negras continuam e são em sua maioria pobres, analfabetas, sem atendimento adequado de saúde e quando trabalhadora mal remunerada mesmo tendo qualificação profissional (IPEA, 2011).

Portanto o estudo vai apontar a partir das análises da evolução das políticas públicas em relação às estruturas sociais vivenciadas pela população negra elementos para reflexão sobre os motivos desses descompassos.

Para encaminhar as discussões e expor a linha raciocínio o estudo está dividido da seguinte forma:

No primeiro momento faremos uma caracterização da população brasileira por meio dos censos estatísticos, PNUD 2005, DIEESE 2007 e IBGE 2010 destacando a representação da população negra com recorte de gênero e raça/cor especificando a condição socioeconômica, destacando os aspectos salariais, inserção no mercado de trabalho e escolaridade. Também será apresentado diversas pesquisas e seus dados com os respectivos resultados com ênfase na questão de gênero e raça em todos os contextos sociais, saúde, educação, mercado de trabalho.

Em seguida serão apresentados resumos de diversos documentos, pesquisas e revisão bibliográficas a respeito de políticas públicas voltadas para a população pobre e para mulheres nos período de 2003 a 2007 muitos citados em pesquisas publicadas em 2010 a 2012 com suas análises respectivas sobre os resultados destacado em cada documento.

A escolha deste período esta relacionado ao momento em que o país vive a redemocratização e surge a Secretaria Especial para Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) órgãos que tem como finalidade promover ações voltadas para a igualdade de gênero e raça.

Portanto este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama da condição socioeconômica da mulher enfocando o aspecto gênero e raça. Destaca que após

diversos movimentos sociais por direitos iguais entre homens e mulheres e a criminalização do racismo ainda há fatores que evidenciam o pouco reconhecimento e efetividade da participação das mulheres negras no mercado de trabalho e outros espaços sociais. Fatores como salários indignos que agrava as desigualdades sociais e a existência do fator cor que tem se mostrado como um critério de exclusão e discriminação da mulher negra reforçando e legitimando a desigualdade racial.

## 1.1. Contextualização

De acordo com pesquisa de opinião realizada em 2003 citada por Santos & Silva (2005) (apud Ciconello, 2007) registra que 87% da população brasileira admite que existe racismo no Brasil, mas somente 4% se assume como racista. Isso demonstra que construção do racismo no Brasil é histórica e traz a tona inúmeras consequências para mulheres e homens negros.

Segundo Ciconello (2007):

O racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país. Metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre.

O fim da escravidão no Brasil se deu diante de um cenário de intensa luta contra esse tipo de crime por parte dos abolicionistas e da resistência dos escravizados. Apesar do fim da escravidão as estruturas sociais no Brasil se reorganizaram dentro de um mecanismo de exclusão da população negra. O racismo passou a fazer parte das relações sociais no país e foi se estruturando. Do outro, os movimentos negros encamparam uma luta pelos direitos de cidadania. Em 1978, diante de cenário desfavorável para esse grupo social, surge o Movimento Negro Unificado (MNU) que trouxe discussões importantes de valorização da cultura negra e o antirracismo.

Toda essa luta traz resultados fundamentais refletidos no processo de redemocratização no Brasil. A Constituição de 1988 traz a igualdade de direitos a todos os cidadãos e cidadãs e a criminalização do racismo. O Estado reconhece a omissão histórica da situação da população negra, os movimentos sociais pressionam e o Brasil começa adotar medidas de promoção da igualdade racial.

Nesse trajeto é importante destacar, que apesar de todos os esforços, os dados que evidenciam a desigualdade e suas sérias consequências sobre a população negra no Brasil. Nesse sentido compreende-se que é preciso avançar nessa discussão, pois percebemos que os dados que apontam essas diferenças são analisados de modo negligente e não têm contribuído para a melhoria da situação socioeconômica da mulher negra na sociedade.

## **1.2. Formulação do problema**

Hoje, no Brasil, a realidade em que se encontra a maioria das mulheres negras vem de uma herança deixada pelo período da escravidão e que esta enraizada na sociedade. Verifica-se que a mulher negra encontra-se em desvantagem social e carrega as iniquidades da sociedade sendo a mais pobre, com menor qualidade de vida, menos escolaridade, com uma remuneração salarial menor e presente em sua maioria em serviços domésticos e de cargos subordinação.

Neste sentido, busca-se por meio da análise das pesquisas sobre a população negra e seu lugar na sociedade compreender, o porquê dessa permanência, o não questionamento deste lugar comum a população negra e em específico a mulher negra durante todo este espaço de tempo como também o não envolvimento em nenhuma ação política para mudar esta realidade.

## **Objetivo Geral**

Identificar de modo preliminar e embrionário por meio de microdados como as políticas públicas no período de 2003-2010 contribuíram para o acesso a cidadania da mulher negra.

## **Objetivos Específicos**

Analisar com são compreendidos e interpretados dados estatísticos e documentos sobre situação socioeconômica da população negra.

Analisar a evolução dos indicadores sociais sobre a condição social da população negra no Brasil na última década.

Observar quais são as lacunas que os programas sociais no período de 2003 a 2010 apresentam para as categorias na questão gênero e raça.

## **Justificativa**

Historicamente a população negra tanto do continente africano quanto da diáspora (afrodescendentes em outros continentes), ainda sofrem as consequências do período em que foram escravizados. Uma das marcas dessa situação é a forma de como se estruturou a sociedade, no período pós-abolicionista. O fim do período criminoso da escravidão não significou a garantia de direitos civis para mulheres e homens negros, muito pelo contrário. As relações sociais para esse grupo foram sendo construídas a partir da desqualificação, exclusão, negação e invisibilidade desses sujeitos sem, portanto, negar que estes são elementos suficientes para alijar qualquer ser humano dos direitos de cidadania.

Sem reconhecimento como cidadãos de direitos, a população negra durante décadas esteve invisível nas estatísticas em relação a sua condição socioeconômica e sobre os fatores e elementos que contribuíam para que continuassem dentro deste quadro de pobreza e exclusão.

Enquanto cidadão de direitos, esse grupo social foi reconhecido como minoria, quando na verdade é maioria na população brasileira. A invisibilidade imposta sedimenta esse tipo de imaginário. A falsa ideia de igualdade entre os povos criou o mito da democracia racial.

A partir do momento em que se desmitificou a democracia racial, um processo marcado de intensa luta e mobilização do povo negro no Brasil, outros cenários foram apresentados e novas abordagens surgiram. Alguns estudos apontam que a democracia racial é uma forma de encobrir as atitudes racistas que se efetivam nos diversos espaços sociais e na ausência da população negra nas camadas sociais mais abastadas. Segundo a pesquisa realizada pelo PNUD (2005) a partir de meados do século 20 reconheceu-se que as práticas racistas não foram abolidas e trouxeram vários problemas para a população brasileira devido à herança desenvolvida na década de 30 sobre o mito da democracia racial que ainda é muito presente no imaginário social brasileiro.

Estas atitudes se concretizam nos dados e indicadores socioeconômicos que apontam uma ínfima representação da população negra nos espaços de poder, no trabalho formal, na mídia e outros espaços que necessitam de uma formação formal e manutenção de poder. Contudo esses dados evidenciam que a ampla maioria da população negra encontra-se inserida nos índices de pobreza e de extrema pobreza (PNUD, 2005).

Outro fator preocupante, posto esta realidade, é a condição da mulher negra que com o mesmo perfil de estudo de uma mulher branca ainda encontra dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Neste particular é preciso ressaltar que em outros indicadores sociais, a mulher negra sempre se encontra abaixo do nível desejado comparado a todas as categorias de gêneros e escala social. Assim evidencia-se que as mulheres negras são as mais pobres, em maior número nos índices de analfabetismo, ganham menos e estão em sua maioria em empregos com menos valorização.

Diante deste cenário surgem inúmeros questionamentos que nos levam a querer entender o porquê do Brasil, Estado Democrático, ter negligenciado população negra, especialmente a população negra feminina. Assim, mesmo diante do crescimento do IDH brasileiro ter aumentado a mulher negra continua sendo a menos favorecida pelas políticas sociais e programas de inclusão social.



## REFERENCIAL TEÓRICO

### Desenvolvimento humano e questão de gênero

Mesmo sendo maioria em nosso país (IBGE, 2010) a população negra, em destaque a mulher negra, também maioria neste percentual, aponta a contradição de o racismo ter se tornado uma prática natural a ponto de durante muito tempo não ser perceptível a exclusão social a que se encontra a população negra. Mesmo que o IDH desta parcela da população brasileira ser igualado aos países mais pobres da África (PAIXÃO, 2003).

Ao retratar e colocar em números esta desigualdade social, em todas as regiões brasileiras, a população negra se encontra em uma colocação desigual em relação a população não negra e a mulher negra sempre se encontra por último no seu IDH, em um índice considerado não como ideal para uma qualidade de vida.

As políticas promovidas para a população negra foram e são de suma importância, mesmo depois de uma década a diferença entre a condição socioeconômica entre negros e não negros no país ainda é alarmante, e quando se faz o recorte de gênero se torna mais inaceitável, pois a mulher negra está em desvantagem social comparada com todas as categorias. Principalmente no que se refere a escolaridade e acesso ao mercado de trabalho onde a diferença de remuneração é totalmente menor em relação a todos homens negros e não negros e mulheres não negras (PINTO, 2006).

Sabemos que cabe ao Estado garantir segundo a Constituição, o direito a cidadania. As políticas implementadas até o momento ainda não são eficazes para garantir a cidadania a população negra especificamente às mulheres negras.

As discussões sobre a questão de gênero no Brasil ganharam maior proporção por meio das comemorações públicas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, onde o movimento de mulheres junto a outros movimentos sociais foram as ruas em busca de garantir os seus direitos sociais e contra as desigualdades sociais impostas

pela relação de gênero, dando abertura a promoção de políticas para mudanças na sociedade brasileira (OLIVEIRA,2006).

Neste período especificamente na década de 1970, onde a luta do movimento negro se fortalece, trouxe a tona questão da posição do negro na sociedade, desmitificando o mito da democracia racial que colocava a população negra em total exclusão social e denunciando as desigualdades sociais, dentro da perspectiva racial, e abrindo espaço para as mulheres negras se organizarem (OLIVEIRA apud SOARES, 2000).

Nesta perspectiva o movimento feminista trouxe contribuições importantes para o processo de democratização brasileiro como a criação de entidades como Conselhos da Condição feminina um órgão voltado para a promoção de políticas voltadas para o combate as desigualdades de gênero e discriminação das mulheres em geral. Em 1988, com a Constituição criou-se também as delegacias especializadas e outros serviços em prol da atenção à mulher no Brasil (OLIVEIRA apud CARNEIRO 2004).

De acordo com Carneiro (2011):

O movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que uma dimensão racial na temática gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos em função do eufemismo da boa aparência cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda mais se forem louras (CARNEIRO 2011, p. 121).

Desde então a luta em relação a mulher negra não tomou seus verdadeiros rumos, tornou-se invisível no espaço dos movimentos sociais, pois muitos consideravam que os problemas relacionados a mulher negra estava condicionada a condição de de ser negra desconsiderando as particularidades da prática de discriminação em relação a mulher negra em qualquer contexto, destacando a escolaridade e o mercado de trabalho.

De acordo com pesquisadoras Oliveira (2006) e Carneiro (2009) esse deixar de lado a questão raça em relação à mulher trouxe uma invisibilidade a mulher negra, tratando de igual para igual sua condição diante da mulher não negra tornando natural a posição a que se encontrada a mulher negra na sociedade, principalmente no mercado de trabalho enquanto doméstica e mal remunerada.

Sabemos que está fixada no imaginário da sociedade e da mulher negra sua significação social em lugar exclusivo e comum, serviços domésticos, e que a escolaridade não seria necessária já que o lugar comum da mulher negra é o serviço do lar, uma marca deixada pela escravidão que neste período as mulheres negras escravizadas educavam e cuidavam dos filhos de seus senhores.

Diante disso, oficializam como obstáculos na vida da mulher negra, a cor, gênero e classe social, pois sem escolaridade um passo importante para a qualificação profissional passa a ser algo inalcançável já que segundo Carneiro:

(...) Constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos a saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos em relação às mulheres brancas; em um menor índice de casamento; e, sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 128).

Pesquisas realizadas PNUD, (2005), IPEA, (2008), IBGE, (2010), FLACSO/SEPPPIR, (2012) e outros o racismo é um ato inegável na população brasileira, uma prática antissocial aceita naturalmente, mas com consequências muitas vezes irreversíveis e que sentimos de perto e na pele. Que a sociedade como um todo deve travar um luta incessante e incisiva contra práticas racistas especificamente em relação à mulher negra no Brasil.

Neste contexto Paixão, (2003) sinaliza que:

As mulheres afrodescendentes são especialmente vitimadas pelo sexismo e pela discriminação racial, dado que o IDG afrodescendente se apresentou nitidamente inferior ao IDH desta etnia como um todo (PAIXÃO, 2003 p. 63).

Não há dúvidas que o racismo e sexismo sejam obstáculos para a inserção e reconhecimento dos direitos e aquisição de uma melhor condição socioeconômica da mulher negra na sociedade.

Neste sentido governo brasileiro a partir de 2003 lançou e promoveu políticas a fim de sanar as disparidades sociais existentes entre a população negra e a não negra no país, uma herança infeliz desde a época da pós-abolição onde políticas excludentes

foram promovidas, colocando a população negra em total exclusão social. De modo que, desde então são submetidos a empregos informais e considerados subalternos, com condições de moradia precária. Essas políticas públicas visam melhorar a situação socioeconômica desta população e estipular a compreensão de que a população negra é inferior e incapaz diante dos preconceitos inculcados na época, como o darwinismo e o embranquecimento (BENTO, 2003)

Diante das políticas promovidas até o momento à situação socioeconômica da mulher negra no Brasil, continua aquém do esperado para a superação da pobreza, isso nos aponta que as políticas sem o recorte de gênero e raça não contempla totalmente a população negra, pois a mulher negra representa mais da metade da população negra do país (IPEA, 2006).

Segundo o IPEA (2008) as desigualdades sociais e raciais no Brasil e a discriminação racial possuem origem social e são elementos determinantes na condição a que se encontra a população negra, pois funcionam como uma barreira para a população negra e trampolim de avanço para os brancos. Assim, seria necessário tirar o trampolim dos brancos e oferecer para os negros, durante um tempo, para que mais adiante os negros possam concorrer com equidade às mesmas oportunidades que os brancos (pg. 95)

Em se tratando das mulheres negras, esses trampolins devem ser garantidos por mais tempo por carregar essa tripla discriminação e está em desvantagem social em todas as categorias sem uma perspectiva efetiva para mudança desta realidade.

### **A população negra presente nos censos estatístico no Brasil**

Com o objetivo de realizar um levantamento populacional o primeiro censo demográfico foi realizado em 1820, pela Diretoria Geral de Estatística do Ministério de Negócios, a partir daí durante doze edições do censo, a categoria cor esteve presente em nove destas edições, pois em três destas edições que foram em 1900, 1920 o quesito cor foi suprimido e 1970 houve um conflito interno no IBGE, no qual dizia ter dificuldades em atribuir uma cor verdadeira ao entrevistado, pela cultura da miscigenação criada pelo mito da democracia racial. Destaco que em 1940 o quesito era preenchido com um traço para cor diferente de branca (ANJOS, 2013; SILVA, 2013)

p.14).

A partir de 1950 por influencia de estudiosos como Florestan Fernandes inicia-se uma discussão sobre a exclusão da população negra e que esta atrelada a cor sendo necessário um olhar diferenciado para estes dados, pois da forma que estava sendo analisados os dados sobre a condição socioeconômica da população negra até então, as políticas universalistas não iriam dar conta desta distância entre brancos e não brancos e sobre a condição menos favorecida que a população negra se encontrava (SCHWARCZ, 2012).

O reconhecimento da população negra no Brasil a partir dos dados estatísticos efetivou-se na década de 80, pois nos censos anteriores promovidos pelo IBGE, cabia ao pesquisador atribuir a cor, quando por meio de muita luta e conquista dos movimentos sociais negros e aliados, pela primeira vez foi incluído e publicado o quesito cor nas pesquisas, mas mesmo assim em 1990 praticamente 90% dos domicílios entrevistados não responderam esta à pergunta (PAIXÃO, 2003 pág. 35).

Várias instituições como PNUD, IPEA e PNAD em suas pesquisas começaram a desagregar o quesito cor/raça para identificar e publicar as desigualdades sociais e raciais entre os diferentes grupos sociais, que apesar de historicamente esta explícita que desde abolição houve uma negligência do poder público em incluir a população negra na política econômica e social do país. Contudo pesquisas públicas identificam as consequências e os fatores que levaram a população negra a estar sempre presente em maior número, nas camadas menos abastada da sociedade de modo que prevalece a assimilação cor e condição social, ou seja, a população negra estava em maioria ligada à exclusão social (PAIXÃO, 2003; SANTOS, 2009 e CARNEIRO, 2011).

De acordo com o Censo de 2010 a população negra após uma década teve um salto em relação ao censo de 2000 devido à persistência e luta do movimento negro em relação à busca por uma igualdade baseada na identidade, por meio de reconhecimento governamental do racismo com a criação de uma secretaria com status de Ministério, a participação efetiva da sociedade em conferências e atualmente a decisão do Supremo Tribunal Federal STF a favor da constitucionalidade das cotas raciais (SILVA, 2013).

Diante desta nova compreensão, no Censo de 2010, o quesito cor ou raça é definitivamente inserido no questionário, incluindo os indígenas, também como etnia e

língua falada, aceitando e possibilitando um verdadeiro retrato da diversidade que é população brasileira. (SILVA, 2013 p. 15)

Desde então os dados mesmo antes deste período pesquisas realizadas pelo PNAD e IBGE já demonstravam um aumento progressivo da população negra em 2006 quando a população negra passou a ser maior que a população branca. Em 2008 se tornou maioria da população brasileira e em 2010 onde pode atestar que a população brasileira majoritariamente é representada por negros e pardos (SILVA, 2013 p. 15).

Os estudos sobre a população são intensificados e separados também por Unidades Federativas (UF), que também observa um aumento na auto declaração, que demonstra que em estados como Pará, Bahia e Maranhão mostram uma representação acima de 76% que se reconhecem como negros e em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro representam 45% da população destes estados.(URFJ, 2011 apud SILVA, 2013).

Neste sentido a população negra se faz presente na sociedade brasileira efetivamente, caindo por terra o mito da democracia social, dando visibilidade à condição real do verdadeiro lugar ocupado pelas pessoas não brancas no Brasil, passando a ser um indicador social de fato.

### **Sobre desigualdades raciais e sociais e de gênero no Brasil**

Nas últimas décadas a sociedade brasileira tem passado por mudanças e várias transformações políticas, sociais e econômicas permitindo um novo olhar para a estrutura de nossa sociedade descortinando e dando a verdadeira face das desigualdades existentes em nossa sociedade. Mesmo a exclusão social fazendo parte da sociedade brasileira, desde o início do seu descobrimento, a identidade da sociedade brasileira ainda é marcada pela superioridade dos homens pelas mulheres e pelo etnocentrismo que ignora e desvaloriza tudo aquilo que não pertence as seus costumes e hábitos no caso do Brasil a cultura europeia. (SANTOS, 2009).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007 para apresentar a qualidade de vida mundialmente com base na distribuição de renda, na educação e nas condições de saúde. O Brasil no ranking está em 70º lugar, sendo considerando um país com desenvolvimento humano elevado (SANTOS 2009; PAIXÃO 2005).

De acordo com Santos (2009) quando se observa o recorte cor/raça dos brasileiros constata-se que a qualidade de vida da população negra é pior que a da população não negra e a evolução desde dados nos anos de 1991 a 2005 demonstra uma diferença constante entre a qualidade de vida das duas populações no Brasil.

A mesma autora cita que segundo pesquisa do PNUD (2005) se a linha evolutiva do IDH dos brancos é marcada pelo índice superior a 0,750-considerado alto- a linha evolutiva da população negra nem chega a esse valor mesmo mais de uma década depois.

Na situação educacional segundo pesquisa realizada pelo IPEA entre 1995 e 2005 conclui que o número médio de anos de estudo entre brancos e negros cresce mais esta diferença demonstrando que para o negro alcançar o branco, ou seja, para que haja igualdade esta taxa só será igualada em tempo de 67 anos (SANTOS,, 2009 p. 19).

Na fala desta autora, reitera que no mundo contemporâneo, a educação é um indicador de suma importância para a formação da cidadania e qualificação profissional. (CARNEIRO, 2011, pag.51)

Mesmo por meio das cotas de acesso à universidade ainda não contemplam com eficiência a população negra, uma recente pesquisa apresentada pela autora acima citada, que 92% dos estudantes em universidades públicas estão entre os 20% mais ricos da população e que um estudante que está entre os 40% mais pobre chegar a universidade é praticamente nula e não foi por acaso que uma pesquisa no Censo Étnico racial realizado na Universidade de São Paulo, acusou um déficit de estudantes negros (PUC-RJ, 2003).

Neste contexto a autora denuncia que as políticas universalistas existentes na educação no Brasil são ineficientes e estão atrelados ao mito da democracia racial,

perpetuando o racismo e cortinando a pobreza entre os negros e exclusão social. (CARNEIRO, 2011, pg.99)

A mesma autora denuncia que:

Estudos sobre as desigualdades raciais reiteram: negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e , quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções. (CARNEIRO, 2011, p.114).

Pensando na questão do imaginário social sobre o lugar de servidão ocupado pela população negra Carneiro (2011) diz que:

Para alguns brancos (e outros que assim se supõem) parece só haver um jeito suportável de ser negro: aquele ligado ao fracasso, a vulnerabilidade, ao servilismo, a dependência e a inferioridade introjetada. Negros e negras fortes ativos e vencedores parecem um insulto para esses brancos (CARNEIRO, 2011, p. 125).

A respeito das mulheres negras reforça que sempre tiveram sua existência aqui no Brasil marcado pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social e considera relevante revelar a despeito dessas condições o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis e todo o país (CARNEIRO, 2011, pág. 130).



## 2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A proposta metodológica foi a pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa visa a análise e interpretação de dados, pois instrumentos empregados na pesquisa serão orientados e analisados de acordo com aspectos dos fenômenos sociais, respeitando suas especificidades e aspectos contextuais. É inevitável dizer que os resultados de pesquisa também são contextuais, ao passo que o desenvolvimento humano e seus processos são passíveis de mudanças concretas diante da história e da realidade que o ser humano constrói ao longo da vida.

José Luiz Neves em seu artigo “Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades nos afirma:

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada e não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados. Seu foco de interesse é amplo e dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a situação estudada (NEVES, 1996, pg. 02).

Dentre as formas de pesquisa qualitativas, a que atende o objetivo desse trabalho é a pesquisa documental. A partir de determinados documentos produzidos em torno do tema, em um período pré-definido, buscamos um tratamento analítico e interpretativo com base na temática da pesquisa.

A condição primordial que conduz a análise documental nessa pesquisa é o Método dialético. O materialismo dialético, proporciona uma leitura da realidade em estudo, como um todo, nos remetendo as contradições e as co-

relações de forças em jogo. Isso pressupõe que os documentos a serem estudados não devem ser compreendidos sem ser considerado todos os elementos do contexto social como políticas econômicas, fatores culturais, sociais e etc (Gil, 2008).

O objetivo da pesquisa será identificar a evolução das condições socioeconômicas de mulheres negras do Brasil, em um determinado período (2003 a 2010), considerando o contexto de escolaridade e mercado de trabalho em relação a implantação de políticas e programas no combate a pobreza e desigualdade social e racial. Para o encaminhamento da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos:

1- Levantamento de documentos relacionados a políticas e programas no combate a pobreza e desigualdade social e racial. Se trabalhará com os documentos que falam dos programas e políticas, propriamente dito, de caráter oficial e documentos que fazem menção ao monitoramento e avaliação. Bem como a evolução dos indicadores, pesquisas, artigos e censos de dados populacionais que demonstram a realidade da população negra e em específico as mulheres negras como também os dados relacionados a escolaridade e mercado de trabalho e sobre a questão racial. O recorte temporal de 2003 a 2011 em questão será de suma importância por ser o marco da implementação efetiva de pesquisas e Secretarias com *status* de Ministérios para combate a pobreza e desigualdade racial no Brasil.

2- Separação dos documentos por tipologia. Isso é importante, pois cada documento tem um nível de discurso de acordo com o contexto que dele emerge.

3- Definição de categorias de análise para aferir o conteúdo dos documentos. As categorias de análise serviram para saber o que observar nos documentos, dado o volume de informações.

4- Comparar as observações e os dados obtidos dessa análise documental. Isso permitiu saber como se deu a evolução socioeconômica das mulheres negras em relação aos programas e políticas.

#### **PESQUISA:**

### **Brasil retrato das desigualdades gênero e raça. 2003**

Elaboração do documento: Luana Pinheiro-IPEA  
Vera Soares-UNIFEM

Este estudo teve como objetivo mostrar, assinalando de forma precisa, os indicadores que demonstram que as desigualdades existentes entre negros e não negros no ano de 2003 a partir de dados da década de 1990, nos diferentes espaços sociais, são preocupantes já que é desproporcional e aponta que a situação das mulheres negras se agrava devido à dupla discriminação, do racismo e sexismo que possuem os piores indicadores na maioria das áreas analisadas.

A pesquisa mostra que no Brasil de 2003:

- 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho.
- 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame.
- Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003) é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos.
- Sobre a expectativa de vida as mulheres esperavam viver 73,8 anos quando nasciam, mulheres negras, 69,5; homens brancos 68,2 e homens negros, 63,2. Estas diferenças na expectativa de vida refletem, sobretudo, menos acesso a bens e serviços de saúde, a educação, a serviços de infraestrutura, como abastecimento de água, esgoto e outros e a maior mortalidade por questões externas (como homicídios, acidente) a que os negros estão sujeitos.

- Em relação às diferenças de estrutura familiar segundo raça/cor dos chefes do domicílio, as mulheres negras são em número maior responsáveis por famílias do tipo “mulher com filhos” quando comparadas as mulheres brancas.

A presente pesquisa apresenta cada indicador com seus respectivos dados dando ênfase às características da população brasileira do ano 2003, já neste ano somando à composição de pardos e negros a população brasileira já era composta praticamente por 47,4%, ou seja, quase metade da população já se declarava não branco. E na categoria gênero 48,8% de homens e 51,2 % de mulheres.

Sobre a população negra apresentada metade é composta de mulheres representando 23,4% da população brasileira, que segundo a pesquisa (IPEA, 2003):

estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial freqüentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens (IPEA,2003).

De acordo com os indicadores apresentados constata que:

Para compreensão deste indicador é importante destacar que depende do conhecimento de varios outros fatores que são condições socioculturais, políticas e econômicas da população, acesso a educação que se refletem no acesso aos serviços de saúde. Assim doenças como diabetes, hipertensão e exame preventivo de câncer de mama, são negligencias pelo sistema de saude publica quando se registra que a população negra feminina é a que mais sofre com estas doenças. (IPEA,2003)

### **Escolaridade**

Sobre os indicadores educacionais a pesquisa aponta que:

Apesar do crescimento na média de anos de estudo da população em geral (aproximadamente 1,5 anos) ao longo da década 1993-2003, o diferencial entre negros e brancos caiu muito pouco neste período. Se em 1993, esse diferencial era de 2,1 anos a favor dos brancos, em 2003 ele caiu apenas para 1,9. Mas estas diferenças são menores para pessoas com 15 anos ou mais de idade e maiores ainda para 12 anos ou mais de escolaridade.

Destacando ainda a distância entre negros e brancos a taxa de analfabetismo apresenta significativa queda porém quando se faz o recorte raça/cor existe uma disparidade onde:

- 16,8% dos negros maiores de 15 anos eram analfabetos, em 2003, esse valor era de apenas 7,1% para os brancos.
- em 1993, 11,2% da população branca de 25 anos ou mais de idade e 2,8% da negra de mesma faixa etária tinham 12 anos ou mais de escolaridade, em 2003 esses valores subiram para, respectivamente, 15,2% e 4,6%.
- Do mesmo modo, se em 1993 a proporção de brancos e negros com menos de 4 anos de estudo era muito próxima (40,2% no primeiro e 38,9% no segundo caso), em 2003 essa diferença alcançou 2,8 pontos percentuais a favor dos da população branca (29,7% e 32,5%, respectivamente), o que aponta para uma melhora educacional na década muito maior para brancos do que para negros.

A distorção idade-série é outro indicador que amplia e agrava as desigualdades raciais em 1993, 46% dos estudantes do ensino fundamental e 54,6% dos de nível médio matriculados em séries que não estavam de acordo com sua idade. Estes valores caem, respectivamente, para 31,2% e 45,8% em 2003, o que é um avanço significativo, porém foram desigualmente distribuídos entre brancos e negros, pois o diferencial das taxas de distorção entre cada um dos grupos acabou aumentando ao longo do período. Assim, em 2003, 38,9% dos estudantes negros do ensino fundamental e 56,4% dos do ensino médio encontravam-se defasados em relação à série adequada que deveriam cursar.

## Mercado de trabalho

No mercado de trabalho a posição ocupada por negros e negras fica mais evidente —quanto a população não negra e em atividades de menor remuneração e proteção social.

- Enquanto 34,5% dos brancos estão em ocupações com carteira assinada, apenas 25,6% dos negros estão na mesma situação.
- De forma semelhante, 5,9% dos brancos são empregadores, apenas 2,3% dos negros o são.
- No outro extremo, 22,4% de negros concentrados em atividades sem carteira assinada e apenas 16,2% dos brancos em mesma posição.
- Os dados evidenciam, ainda, a situação das mulheres negras: Mulheres brancas ganham, em média, 59,5% do que ganham homens brancos, enquanto as mulheres negras ganham 65% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 30% do rendimento médio de homens brancos.
- Das 5,7 milhões de mulheres empregadas no trabalho doméstico, em 2003, 3,2 milhões, ou 58%, eram mulheres negras.
- O emprego doméstico tem um peso relativo ainda maior para as negras do que para as brancas, pois das mulheres ocupadas, em 2003, 22,4% das negras e 13,3% das brancas eram empregadas domésticas. Note-se que o percentual de negras empregadas no trabalho doméstico é sempre superior à média nacional, enquanto o de brancas é sempre inferior.

## Habitação

Sobre desigualdades de gênero e raça nos indicadores de habitação, os lares chefiados por homens ou mulheres negra são os que apresentam piores condições no que diz respeito a saneamento básico ou localização sempre em assentamento subnormais.

Os dados são:

- 2,6% dos domicílios chefiados por brancos estão localizados em assentamentos subnormais, mais de 5%, ou seja, o dobro, são chefiados por negros. No que diz respeito às desigualdades de gênero, os percentuais são de 3,5% para os domicílios chefiados por homens e de 4,5% daqueles chefiados por mulheres. O que se pode observar, aqui, é que domicílios chefiados por homens ou mulheres brancas encontram-se abaixo da média nacional que foi de 3,8% em 2003
- chefiados por mulheres ou homens negros encontram-se bem acima desse valor, chegando a atingir 6,4% no caso de chefia de mulheres negras o que, deve estar relacionado à condição de pobreza mais intensa destes grupos em relação ao dos brancos.

## Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

Sobre a situação socioeconômica é indispensável destacar que em 2003,

- 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou seja 43%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade.
- No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 7% dos brancos recebem menos de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual salta para 19% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos.



- Entre os 10% mais pobres da população, 64,6% eram negras;
- Entre os 10% mais ricos da população, o percentual de negros cai para 22,3%; E entre os 1% mais ricos da população, apenas 11,5% eram indivíduos negros.

Como aponta a pesquisa não ocorreu uma diminuição expressiva dos percentuais de pobreza neste período de 1996 a 2003. Assim podemos afirmar que a pobreza tem um rosto feminino e não há o que contestar que sua cor é negra.

### **PESQUISA :A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. Novembro de 2005**

Esta pesquisa foi realizada no biênio 2004-2005 foi constatada pela PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego – que é realizada pelo convênio entre o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), governos locais e Ministério do Trabalho e Emprego/FAT, em seis regiões brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal).

O foco da pesquisa foi à inserção da mulher negra no mercado de trabalho. Contudo vale ressaltar que a escolaridade é um indicador de suma importância enquanto consolidador de outros indicadores como acesso a serviços públicos, conhecimento sobre direitos de cidadania (proteção social, moradia) e ações preventivas em relação à saúde.

Esta pesquisa aponta que apesar da maior população negra se concentrar em determinadas regiões proporcionalmente as diferenças entre as taxas de desemprego entre negros e brancos são relevantes, ou melhor, sempre em desvantagem para a população negra e acentuada para a mulher negra (p.04).

Destaca também que grande parte da população negra em suas ocupações encontra-se em situação vulnerável de trabalho, caracterizada por assalariados sem carteira assinada; autônomos, trabalhadores familiares não remunerados ou empregados domésticos.

A presente pesquisa salienta que as mulheres negras estão em maior percentual nas ocupações de vulnerabilidade principalmente no trabalho doméstico, atividade esta, culturalmente feminina e desvalorizada tanto socialmente quanto na questão salarial e de uma jornada mais longa, sem contar com a ausência de contribuição a previdência e a contratação sem carteira assinada.

Por fim, a pesquisa conclui que em todas as nas regiões analisadas o rendimento da mulher negra é inferior a todas as categorias sendo incontestável que a dupla discriminação sofrida pela mulher negra aumenta a necessidade de políticas voltadas para essa categoria.

**PESQUISA:Escolaridade e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos.** Novembro de 2007

Esta pesquisa foi elaborada a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE, Fundação SEADE e convênios regionais em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Seu objetivo é analisar o perfil de escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA) em sua composição por cor e sexo estimando o quanto a escolaridade influi na inserção da população negra nos mercados de trabalho metropolitanos.

Partindo de questionamentos como:

- a) Como se dá o acesso da população à escolarização?
- b) Em que medida as maiores taxas de desemprego dos negros se explicam por diferenciais de escolaridade?
- c) Como o aumento da escolaridade se reflete nos níveis de rendimentos de negros e não-negros?

A partir daí traçando o perfil população economicamente ativa (PEA) negra e não negra masculina e feminina com o objetivo de caracterizar os acessos diferenciados destes segmentos aos diversos níveis de escolarização em três níveis de ensino:

- (a) analfabeto ao ensino médio incompleto
- (b) ensino médio completo

(c) superior completo

Dentro destes perfis educacionais, analisar os desempregados e ocupados segundo a cor e o sexo, depois aborda os tipos de postos de trabalho ocupados pela população negra e não negra, a vulnerabilidade no mercado de trabalho e rendimento.

Como caracteriza a pesquisa a população negra economicamente ativa existe uma desproporção bastante desvantajosa nos dados sobre a educação. Nas regiões analisadas e no Distrito Federal, é maioria nas faixas de menor escolaridade e ainda revela que a população negra apresenta mais dificuldade de continuar e progredir nos estudos.

Na questão do ensino médio incompleto em todas as regiões sem exceção a população negra se aproxima dos 50% ou mais, sendo que para os não negros a parcela varia entre 21,3% em Salvador e 46,9% em Porto Alegre. Lembrando que em Salvador o percentual dos negros que tem até o ensino médio incompleto é de 47,9% e em Porto Alegre é de 64,9%.

Quanto se faz o recorte de sexo e raça, percebe-se que existe uma maior participação das mulheres nos níveis superiores de escolaridade e os homens maior participação nos níveis inferiores, onde os homens negros constituem o segmento com menor acesso ao ensino superior e as mulheres não negras apresentam melhor situação, e as mulheres negras são as que estão dentro das maiores taxas de desemprego mesmo que apresentem ser mais escolarizadas dos que os homens.

Na inserção vulneral de trabalho quando se introduz a variável cor os negros são maioria nesta condição em percentuais de 34,3%(Distrito Federal) e 42,2%(Recife), sendo que nestas mesmas regiões respectivamente variam de 24,4% e 33,4%. Para as mulheres negras quase metade das mulheres negras encontra-se nesta situação.

Em relação a jornada de trabalho e renumeração a análise mostra que os negros possuem uma maior carga de trabalho lembrando que a ocupação que exige menos escolaridade, ganha muito menos que os não negros também nos segmentos femininos e masculinos da cor negra.

A pesquisa conclui que:

- O acesso da população a educação é segmentado segundo a cor das pessoas com a maioria de negros entre os níveis inferiores de escolaridade
- A população negra apresenta maior dificuldade em permanecer e progredir nos estudos. Aponta que um dos obstáculos para a trajetória profissional é a discriminação racial na escola juntamente com a falta de qualidade no ensino público.
- O desemprego seja qualquer o nível de escolaridade e região é maior entre a população negra.
- As mulheres negras em maiores proporções exercem trabalhos de menor qualidade, são mais vulneráveis e têm menor proteção social.

## Resultados e discussões

As pesquisas apresentadas são verdadeiras radiografias da condição da população negra, mesmo em diferentes períodos apresentam respectivamente os mesmos resultados de que a população negra, com agravante para a mulher negra que se encontra em situação de vulnerabilidade social em todos os momentos e espaços sociais.

Segundo Paixão (2003) o racismo tornou-se uma prática natural, tanto que não se é perceptível à exclusão social que se encontra a população negra, que encontra com seu IDH igualado aos países mais pobres da África.

Com o foco na mulher negra consideramos que esta invisibilidade é inaceitável, pois em todas as pesquisas ela se encontra no mesmo lugar, mesmo tendo condições de se igualar a mulher branca;

O movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que uma dimensão racial na temática gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre mulher. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos em função o eufemismo da boa aparência curso significado práticos é:preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras (CARNEIRO, 2011, pg. 121).

Todas as pesquisas são unânimes em retratar e denunciar que a situação da mulher negra é uma situação inadmissível, pois em todos os indicadores sociais indicam avanço no IDH da população pobre brasileira e no acesso a educação e outros setores de serviços públicos, contudo a mulher negra não expressa avanços significativos.

(...) Constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos a saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos em relação às mulheres brancas; em um menor índice de casamento; e, sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO,2011, pg.128).

Nos resultados das pesquisas também acusam que população negra se encontra em sua maioria em trabalhos com menor remuneração e em trabalhos menos valorizados socialmente implicando que:

Para alguns brancos (e outros que assim se supõem) parece só haver um jeito suportável de ser negro: aquele ligado ao fracasso, a vulnerabilidade, ao servilismo, a dependência e a inferioridade introjetada. Negros e negras fortes altivos e vencedores parecem um insulto para esses brancos. (CARNEIRO, 2011, pg.125)

Cumpramos lembrar que a população negra, tanto homens quanto as mulheres ingressam precocemente em trabalhos não formais, a maior inserção de mulheres negras estão no serviço domésticos, o agravante desta situação quando se trata de meninas negras, que precisam ajudar na renda de sua família e deixam de estudar.

Ressaltando que dentro dos níveis de desigualdades apresentadas principalmente no mercado de trabalho as pesquisas apresentam que o índice de taxa de desemprego em todas as regiões são maiores para as mulheres negras além de os rendimentos serem inferiores em qualquer ocupação profissional.

Diante destas desigualdades de rendimento constatamos que no imaginário social brasileiro tem que a população negra é servil, isto pode ser compreendido quando nas pesquisas apresentadas apontam que mesmo a mulher negra e o homem negro com nível de formação profissional igual a da população branca os rendimentos são menores.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

De acordo com análise dos documentos apresentados podemos considerar que é fato que a sociedade brasileira está iniciando um processo de transformação experienciada pela população negra, pela visibilidade dos conflitos sociais vividos devido o racismo e a dupla discriminação sofrida pela mulher negra pelo racismo e sexismo. Não podemos desconsiderar o esforço dos movimentos sociais juntamente com o Governo Federal, para combater as iniquidades que cercam a população negra em consequências do racismo e pós pseudo-abolição.

Podemos afirmar que não existiu até o momento da última pesquisa analisada, uma política pública voltada exclusivamente para a população negra, e sim programas de equidade e políticas de ações afirmativas que não possuem este recorte de gênero e raça, porém apresentam dados em que as mulheres negras e pobres estão em sempre em invisibilidade social.

Percebemos que mesmo depois de uma década de implementação de políticas e programas universalistas diferenciados para a população pobre e políticas afirmativas para a população negra, a desvantagem social desta população é incontestável e a questão racial, ou melhor cor de pele e juntamente com gênero, devem ser consideradas como recortes imprescindíveis para a eficácia destas políticas para alcançar o objetivo que é garantir os direitos sociais e civis concedido a qualquer cidadão como diz a Constituição.

Diante das pesquisas apresentadas os resultados demonstram claramente que a questão racial que se soma a questão de gênero quando se trata de ser mulher negra deixa claro que existe uma omissão de forma sutil sobre a leitura destes dados que exige uma atenção específica sobre a necessidade de um olhar exclusivo para este problema social a fim de realmente conceder o direito a cidadania em prol das mulheres negras.

O que nos leva a refletir que a inércia do Estado para agir efetivamente, contra estas estatísticas imprime e legitima a visão que está no imaginário

social de que o lugar do negro na sociedade foi imposto e assume um caráter subalterno e imutável. As mulheres negras arcam duplamente com esta compreensão e mesmo diante do avanço em políticas públicas para o atendimento da população pobre ainda não se observa uma melhora substancial nessa parcela da população. Assim, compreendo que cabe ao Estado assumir a relevância destes dados e proporcionar serviços públicos de qualidade entre seus cidadãos.



## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli- Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil- São Paulo: Selo Negro, 2011.

GERHARDT Tatiana Engel Métodos de pesquisa / [organizado por] e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social 7ª edição São Paulo Atlas , 2007.

NEVES, José Luiz. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidade. In Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, V1, nº 3. 1996

SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil: São Paulo: Selo Negro, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Nem preto nem branco muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira- 1ªed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

OLIVEIRA, Eliana de. Mulher negra e universitária: trajetória, conflitos e identidade-Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

PAIXÃO, Marcelo J. P. Desenvolvimento humano e relações raciais – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

THEODORO, Mário (org.), Luciana Jaccoud, Osorio Rafael, Soares Sergei- As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição- Brasília: IPEA, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo Atlas , 1987.

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/dezembro/populacao-negra-e-a-maior-beneficiaria-de-programas-sociais-no-brasil> >Acesso em 10 abril 2014

<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Brasil>

>Acesso em 10 abril 2014

[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)

>Acesso em 24 março 2014

<http://www.oitbrasil.org.br/content/genero-e-raca> >Acesso em 13 janeiro 2014

<http://www.selounicef.org.br/>> Acesso em 10 janeiro 2014